

Ricos pregam ortodoxia do FMI

Cecília Costa

Em maio de 1983, auge da crise internacional, em reunião realizada em Williamsburg, Estados Unidos, os chefes de Estado dos sete países industrializados conhecidos como "Os Sete Grandes" — Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão e Canadá —, além de discutirem armamentos, resolveram solicitar ao FMI e aos ministros de Fazenda dos países desenvolvidos um estudo sobre a reforma do sistema financeiro internacional.

A incumbência foi aceita pelos suplementos do **Grupo dos 10** (que inclui ainda Suíça, Suécia e Países Baixos). Concluído dois anos mais tarde — junho deste ano — e publicado no Boletim do Fundo Monetário Internacional de julho, o trabalho revela que os países industrializados não querem nenhuma reforma estrutural profunda no sistema financeiro internacional.

Apesar da crise iniciada em 1982, com a moratória do México, que resultou no reescalonamento de mais de 30 dívidas externas do Terceiro Mundo, em 1983, os Governos dos países desenvolvidos acham que o sistema financeiro internacional não requer mudanças institucionais de envergadura, só necessitando de alguns aperfeiçoamentos.

Consideram que as taxas de câmbio flutuante devem continuar, estando descartada a hipótese da volta das taxas de câmbio fixas, e que é essencial a manutenção da supervisão do Fundo Monetário Internacional. A única mudança que pleiteiam é uma maior coordenação das políticas econômicas dos países membros do FMI, de forma a dotar de maior estabilidade o sistema cambial e os fluxos de liquidez internacional.

Quanto ao Fundo, o **Grupo dos 10** defende um papel ainda mais atuante para essa instituição, em sua função de xerife do sistema, alertando para a necessidade de que mantenha a dureza de suas condicionalidades ao conceder empréstimos ao países que se encontram com desequilíbrios nos balanços de pagamentos. Acha que não deve adotar medidas punitivas com relação aos países desenvolvidos que não se ajustarem, recusando-se a equilibrarem seus orçamentos, pois a melhor arma é "o diálogo". No que diz respeito aos países em desenvolvimento, tomadores de recursos da instituição, afirmam que os programas de ajuste devem ser rígidos, para que esses países tenham condições de pagar ao FMI o mais rápido possível. O Fundo Monetário Internacional, frisam, não pode funcionar como uma entidade de financiamento do desenvolvimento, pois precisa manter a rotatividade de seus recursos a curto prazo.

Um diálogo de surdos e mudos

Esse documento do **Grupo dos 10**, pouco difundido no Brasil, já foi criticado pelos países em desenvolvimento no exterior. Em reunião realizada no dia 16 de agosto, o **Grupo dos 24** — ou seja, dos países subdesenvolvidos, que é liderado

pela Argentina — respondeu ao relatório feito por técnicos dos países industrializados, por tê-lo considerado conservador e mais um instrumento a favor dos interesses das nações credoras.

Ao contrário dos países industrializados, os subdesenvolvidos querem mudanças. De acordo com a informação de um técnico do Banco Mundial que esteve recentemente no Brasil, o documento do **Grupo dos 24** defende a posição de que os países em desenvolvimento, endividados, que recorreram ao FMI nos últimos três anos, já se ajustaram mais do que deviam. Cabe agora aos países desenvolvidos se ajustarem, sobretudo os Estados Unidos, que estão com um déficit público da ordem de 200 bilhões de dólares, déficit comercial e déficit em contas correntes.

Com relação ao FMI, além de criticarem a ortodoxia dos programas de ajustes, gostariam que essa instituição também tivesse poder para supervisionar mais diretamente a economia dos países desenvolvidos. E que dispusesse de mais recursos para empréstimos, através de novas subscrições de quotas (hipótese que é recusada pelos países industrializados no documento do **Grupo dos 10**).

Essas duas posições bem divergentes — do **Grupo dos 10** e do **Grupo dos 24** — serão levadas à 40ª Reunião Anual da Junta de Governadores do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, que será realizada entre os dias 8 e 11 de outubro, em Seul, Coreia do Sul. Novamente, portanto, deverá se repetir em Seul um fenômeno que costuma ocorrer em todos os fóruns internacionais onde se reúnem representantes dos países industrializados, credores, e dos países devedores: um diálogo de surdos e mudos, pouco proveitoso e eficiente.

Sem o ajuste da economia norte-americana — cujos desequilíbrios estão sinalizando para uma queda do dólar no final desta década ou no início da década de 1990 — torna-se praticamente impossível conseguir-se uma solução definitiva para a crise das dívidas, iniciada em 82. As taxas de juros internacionais continuam sendo uma incógnita. Poderão gerar uma nova crise, caso se elevem de mais, ou uma situação de tranquilidade, se baixarem ao nível histórico de 7%, nos próximos anos. E o que direciona essas taxas é basicamente a política econômica dos Estados Unidos.

Por isso, fica um pouco inaceitável, para os países devedores, o documento dos suplementos do **Grupo dos 10**, que nada propõe de concreto para criar melhores condições de pagamento das dívidas, nos próximos anos, a não ser a praticamente utópica "coordenação de políticas econômicas" dos países que mais influenciam o mercado internacional de capitais e de mercadorias.

As reuniões que são realizadas antes do encontro oficial dos Governadores do FMI e do Banco Mundial, entre os países industrializados e os em desenvolvimento

to, deverão, consequentemente, ser "quentes". E o Brasil deverá ter um papel predominante nessas reuniões.

O Brasil, em Seul

Mesmo que o Brasil não queira assumir a liderança entre os países devedores, sem dúvida alguma toda a atenção deverá estar voltada para a nova equipe de negociadores da Nova República, que ainda não é conhecida nos meios internacionais. As posições do Governo brasileiro quanto à questão da dívida não estão muito definidas — há toda a discussão interna nos Ministérios se deve-se ou não barganhar-se para 1986 **dinheiro novo** (novos empréstimos compulsórios dos bancos) —, logo, provavelmente, curiosidade dos participantes da reunião quanto aos pronunciamentos brasileiros deverá ser grande.

Por outro lado, o Brasil até o momento não entrou em acordo com o FMI, o mesmo não acontecendo com a Argentina, que recentemente perdeu sua característica de "rebelde" ao adotar um programa que já reduziu a inflação para 3% ao mês, espontaneamente. Programa esse que já recebeu o aval do Fundo. A vedete na 40ª Reunião anual do FMI e do Banco Mundial, portanto, deverá ser mesmo o Brasil, pois nem mesmo os brasileiros sabem, até o momento, se o Governo está disposto, no início de 1986, a aceitar as regras impostas pelo FMI.

O Fundo Monetário Internacional é uma instituição que, na realidade, perdeu atualmente sua razão de ser. Criado em reunião realizada em Bretton Woods (EUA), em 1944, tendo começado a operar em março de 1947, o FMI tinha como função predominante supervisionar a manutenção das taxas de câmbio fixas mundiais. Essas taxas de câmbio fixas poderiam variar apenas 1% acima ou 1% abaixo da cotação do dólar, que, por sua vez, era fixa em relação ao ouro (uma onça de ouro valia US\$ 35, ou seja, um dólar correspondia a 0,888 grama).

Esse sistema de paridade fixa de câmbio, sob a égide do FMI, funcionou bem de 1958 (quando as moedas europeias se tornaram conversíveis) até 1971, quando Nixon acabou com a paridade entre o dólar e o ouro. Com a entrada em vigor do sistema de taxas de câmbio flutuantes, ficou esvaziada a função inicial do FMI de manter a estabilidade cambial. Somente com a crise das dívidas é que essa instituição voltou a se fortalecer. Como intermediadora entre Governos, bancos credores e os países em desenvolvimento, devedores.

É praticamente uma incoerência, portanto, defender a manutenção do sistema de câmbio atual, com taxas flutuantes, e ao mesmo tempo, a supervisão do FMI. Uma supervisão que não pode funcionar, pois não há condições políticas para controlar o país que mais desrespeita as regras do FMI — os EUA — já que detém a maioria das quotas desse organismo internacional.